

PARECER DO CES (CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL)
ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2009
(críticas – dúvidas – recomendações)

O Conselho Económico e Social (CES), de que a CNA faz parte como representante da Agricultura Familiar e do Mundo Rural, aprovou hoje, 19 de Novembro, em Plenário na Assembleia da República, o seu Parecer sobre o Orçamento do Estado para 2009.

O documento tem 25 páginas e está disponível no site www.ces.pt

Dele extraímos e transcrevemos:

1 – ENQUADRAMENTO GERAL

- “O desemprego mantém-se num nível muito elevado e as perspectivas não são de redução: mantém-se uma elevada precariedade e prevalece o receio de os trabalhadores perderem os empregos. Poderá assistir-se a um agravamento dos problemas sociais que deverão requerer uma intervenção reforçada por parte do Estado, no sentido de os remover”;
- “O défice da balança corrente com o exterior atinge valores dificilmente sustentáveis, pelo que a insistência exagerada no combate ao défice público seria inadequada, na opinião do CES, quando as actuais perspectivas económicas apontam para a continuação de um ciclo longo de baixo crescimento, que poderá ser ainda mais desfavorável se houver uma recessão mundial”;

2 – ESTÍMULO AO INVESTIMENTO

- “Quanto aos investimentos públicos ou de iniciativa pública, o CES considera que se fica muito aquém da margem de manobra possível e desejável, a qual permitiria aumentar mais o nível e investimento público, embora sempre sujeito a uma indispensável avaliação prévia da utilidade dos respectivos projectos”;

3 – CONDIÇÕES DE RESPOSTA DAS EMPRESAS

- “A emissão de garantias até 20 mil milhões de euros ao sistema financeiro é uma medida necessária para a sustentação das necessidades de crédito, mas não irão, provavelmente, facilitar o acesso ao crédito ou o seu custo, relativamente à situação anterior à crise, para a maior parte das empresas e famílias portuguesas”;
- “Em matéria fiscal, o CES considera que a crise actual não pode ser motivo para abrandar o combate à fraude e evasão fiscais, recorrendo, entre outros instrumentos e quando necessário, ao levantamento do sigilo bancário. A continuação destes combates é uma das condições para reduzir as gritantes desigualdades sociais existentes e fazer respeitar as regras e princípios da equidade entre cidadãos e empresas”;

- O CES lembra que a existência de paraísos fiscais tem um papel importante no agravamento da fraude e evasão fiscais e recomenda que as autoridades portuguesas colaborem em eventuais acções internacionais, com vista à sua eliminação ou controlo”;

4 – FIABILIDADE DAS PREVISÕES

- “O CES considera que o quadro macroeconómico do OE 2009 é pouco plausível no momento actual, dadas as previsões do Outono da Comissão Europeia recentemente publicadas, e que a evolução previsível será certamente desfavorável, uma vez que corresponderá a uma nova e significativa queda do nível de vida médio, ou seja, do RNB per capita”;
- “Face ao previsível agravamento da situação económica e social, para além da inicialmente admitida, o CES alerta para que o OE 2009, por si só, não contribuirá para a melhoria da coesão social e para uma maior justiça social, podendo até os resultados nesta matéria serem piores do que a situação de partida, se não forem reforçados os incentivos à economia geral e os apoios à prevenção do desemprego e aos desempregados”;

5 – O OE 2009 E A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA PORTUGUESA

- “Dadas as circunstâncias, torna-se essencial que o apoio aos investimentos empresariais com expressão no QREN e aos investimentos agrícolas e rurais com expressão no PRODER sejam agilizados, de modo a não haver atrasos na sua implementação. A este propósito, o CES exprime a sua preocupação pelo fraco arranque do QREN e do PRODER ocorrido ao longo destes dois anos, devido, no essencial, à insuficiência do Estado em garantir a comparticipação do financiamento dos projectos de investimentos.
Também o perfil do investimento parece indiciar um excessivo peso do apoio a projectos de natureza pública, em prejuízo do apoio a actividades produtoras de bens transaccionáveis que possam contribuir para o crescimento da economia, do emprego sustentável e da melhoria da nossa balança comercial”;
- “ O CES reitera ainda o seu anterior parecer, considerando que todos os projectos de investimento, em particular os de grande dimensão, devem ser objecto de avaliação prévia, devidamente publicitados, em termos de custo – benefício”.

6 – VERBAS DO PIDDAC PARA 2009

- “No que reporta ao MADRP, existe uma quebra em relação ao orçamento para 2008 e apenas um pequeno aumento real em relação à realização prevista, o que é especialmente preocupante pelo facto de se tratar de um dos ministérios com maior peso na execução do PIDDAC (17 %) e de uma área fundamental para a segurança alimentar”.